



4008 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT15 - Educação Especial

Atendimento Educacional Especializado e Sala de Aula: as práticas docentes se articulam?
Claudia Roberto Soares de Macedo Nazário - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Esse estudo é parte de uma pesquisa de doutorado em educação, em andamento, que objetiva analisar os efeitos da introdução de uma ação colaborativa na articulação de práticas docentes entre o AEE e a sala de aula (Anos Finais do Ensino Fundamental) e uma escola pública de Natal/RN. Pesquisas apontam necessidades de estudos que focalizem essa articulação, demandando colaborações na área.

Palavras-Chave: Práticas Docentes. Inclusão Escolar. Atendimento Educacional Especializado.

Atendimento Educacional Especializado e Sala de Aula: as práticas docentes se articulam?

INTRODUÇÃO

De acordo com o atual paradigma da educação a escolarização da pessoa com deficiência em ambiente comum é um direito previsto em lei. Como exemplos mais significativos da legislação que ampara a educação da pessoa com deficiência temos a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

A nível internacional, temos a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). A Política Nacional assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço que deve ser ofertado ao público-alvo da educação especial no turno inverso ao da sala de aula, cuja função é complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes com deficiência, incluindo àqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os que apresentam altas habilidades/superdotação.

O objetivo do AEE é identificar, elaborar, organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades especiais (BRASIL, 2008; BEDAQUE, 2015). E a política institui que haja articulação com a proposta curricular comum da escola.

O arcabouço legal que temos pode levar a escola a aceitar a matrícula da pessoa com deficiência baseada em um discurso "politicamente correto", mas desenvolver uma prática que, de fato garanta a sua inclusão ao acesso dos espaços e currículo escolares ainda se torna um grande desafio a ser vencido.

Se por um lado, a literatura aponta que os professores tendem a dissimular a presença dos estudantes com deficiência em sala de aula, restringindo-os às atividades de cópias do quadro e/ou do livro didático (quando conseguem copiar), ou mesmo a realizarem atividades descontextualizadas com seus anos de ensino e/ou idades, sugerindo haver para esse público um empobrecimento curricular (CRUZ, 2009).

Por outro, ao dialogarmos com os professores, observamos que reconhecem a necessidade da resignificação de suas práticas e concepções, bem como a sinalizam a importância do professor do AEE atuar, de modo dinâmico e interligado, com toda a estrutura organizacional da escola, como corroboram alguns estudos (ARAÚJO, 2016; ANACHE; RESENDE, 2016; PASIAN; MENDES; CIA, 2017; OLIVEIRA; MANZINI, 2016; TOGASHI; WALTER, 2016; SILVA; MOLERO; ROMAN, 2016).

Nesse estudo, defendemos a necessidade de haver o constante diálogo e reflexão da prática articulada entre os professores que atuam na sala de aula e no AEE em prol da construção de estratégias colaborativas para o enfrentamento das demandas advindas do contexto inclusivo.

A problematização do planejamento escolar, tendo como alicerce o ensino e a aprendizagem dos conteúdos do ensino fundamental por parte dos discentes com deficiência, emerge como um dos desafios aos professores, sobretudo dos anos finais do ensino fundamental, onde muitos dos estudantes com deficiência chegam com dificuldades próprias dos anos iniciais do ensino fundamental e os professores alegam que não têm competências para lidarem com as mais diversas questões que eles apresentam, inseridos em um ano de ensino que possui especificidades e demandas de ensino e aprendizagens muitas vezes diferentes das que eles apresentam como necessidades.

A ideia na investigação é contribuir no desenvolvimento de um processo de colaboração entre a pesquisadora e os docentes participantes da pesquisa na busca de produzir um conhecimento articulado entre os professores de sala de aula e AEE, que possa atender a demandas do contexto pesquisado em prol da inclusão escolar de estudantes com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo é parte de uma pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em uma escola pública municipal, localizada na Zona Norte da cidade do Natal/RN, cujo objetivo é analisar os efeitos da introdução de uma ação colaborativa na articulação das práticas docentes entre o AEE e a sala de aula (Anos Finais do Ensino Fundamental). Para tanto, foi preciso observar como as práticas docentes entre esses professores se articulam no contexto escolar.

Já vimos de acordo com as pesquisas, que há uma precarização na articulação entre as práticas docentes realizadas entre o AEE e a sala de aula e defendemos que os profissionais desses dois espaços poderiam pensar, de modo articulado e colaborativo, estratégias para extirpar essa configuração, pois como se apresenta, tanto os estudantes, como a escola têm perdido em avanços sistemáticos de escolarização com vistas à inclusão. E, encarando a necessidade do encontro colaborativo entre todos na escola para se pensar estratégias inclusivas, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola precisa garantir essa articulação.

Em termos metodológicos, a pesquisa assume uma abordagem qualitativa, que no seu cerne tem a dimensão interpretativa, experiencial, situacional e humanística como fundamento (STAKE, 2011). É considerada uma pesquisa-ação, de cunho colaborativo. Esse caminho metodológico pode colaborar para a reflexão sobre os processos educacionais vigentes da escola (SCHIMANSKI, 2009). Para (THIOLLENT, 2004, p.14) "A pesquisa-ação caracteriza-se como sendo um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada com uma ação ou como uma resolução de um problema".

Como procedimentos e instrumentos para a construção e triangulação dos dados da pesquisa, contamos com a análise de documentos, a observação e os registros em diário de campo, o uso de questionários e entrevistas e a realização de uma colaboração com o grupo em prol da articulação das práticas docentes realizadas no AEE e sala de aula com vistas à inclusão escolar de estudantes com deficiência.

CONCLUSÃO

A pesquisa em andamento foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes da UFRN, CAAE: 81278217.0.0000.5292 e já teve a primeira sessão de qualificação com a banca avaliadora para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Os acordos institucionais com a escola foram realizados, o projeto de pesquisa foi apresentado para os professores, coordenadores, alguns estagiários e gestora pedagógica, de modo que a aceitação do desenvolvimento da pesquisa na escola foi unânime. Após esses acordos, iniciamos a pesquisa na escola.

Estamos na escola há 10 meses. Nesse período, houve greve na rede municipal de ensino por aproximadamente 02 meses, postergando o andamento da construção dos dados da pesquisa. Nesses 10 meses, foi possível realizarmos 04 meses de observação direta das práticas desenvolvidas na escola, tanto a partir das aulas de alguns professores em sala de aula, como no AEE, onde foi possível verificarmos que há uma precarização na articulação das práticas docentes entre o AEE e a sala de aula no contexto observado.

Adicionalmente, por um lado, os professores que foram entrevistados afirmaram que não sabem o que é feito no AEE, apenas observam mudanças nos estudantes que o frequentam, por outro, o professor do AEE também afirma que precisa observar as aulas dos professores para poder ajudá-los no planejamento de atividades adequadas ao público-alvo da Educação Especial, ou seja, o estudante com deficiência acaba sendo a síntese do que é realizado no AEE e na sala de aula e os professores pouco ou não se encontram para pensarem o processo formativo dos estudantes de modo articulado.

No período observado, os professores não fizeram adaptação curricular para atender às demandas dos estudantes, a eles foram oferecidos o que era proposto para os demais. Muitas vezes quando há estagiário na sala auxiliando ao estudante com deficiência, ele quem faz alguma adaptação da atividade na hora em que está acontecendo a aula, o que nos sinaliza que não há trocas colaborativas entre os professores e os estagiários que lidam diretamente com os estudantes com deficiência.

Ora, se o estagiário é um estudante que está em formação, era para ser orientado minimamente pelos professores, porém eles alegam que isso não acontece. Os estagiários são encaminhados às escolas e assumem a função de acompanhar os estudantes com deficiência sem haver um preparo prévio, nem a possibilidade de planejar junto com os professores, pois os estudantes não podem ficar "desamparados" em sala de aula, e indagamos: até que ponto estão amparados estando nessa configuração?

Ao analisarmos os documentos internos da escola, verificamos que há 14 estudantes com deficiência matriculados no turno vespertino e 22 professores, além do professor do AEE, professora de Língua Brasileira de Sinais e estagiários. Uma das demandas apontadas no PPP da escola foi a necessidade de reivindicar junto à Secretaria Municipal de Educação um curso intensivo de formação para todos da escola que pudesse ajudá-los a trabalhar com estudantes com deficiência, atuando de acordo com o paradigma inclusivo, o que significa que já havia essa demanda por parte dos profissionais da escola, antes mesmo de nossa pesquisa iniciar, já que se trata de um documento construído no coletivo.

Em contrapartida, agora em 2018, o professor do AEE, que tem formação inicial em Educação Religiosa e Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica, já participou de vários cursos de aperfeiçoamento voltados para Educação Especial, está há 19 anos atuando na educação e em 2015 assumiu o AEE na escola lócus da pesquisa, se propôs a realizar, pela primeira vez, em 03 anos, encontros colaborativos uma vez por mês, por 01 hora com cada grupo de professor de acordo com seu dia do planejamento.

Quando foi suscitada essa proposta, na Semana Pedagógica desse ano letivo, os professores e gestores aplaudiram a ação, que já foi considerada um ganho referente à iniciativa de articulação das práticas docentes, promovida apenas pela presença da pesquisadora na escola.

Porém na prática, em função da greve e das reuniões para sua deflagração no início do ano, o andamento dessa proposta foi comprometido, sendo possível observar apenas um dos encontros, onde apenas 05 professores participaram do 1º (e único) encontro colaborativo AEE/Sala de Aula (intitulado e promovido pelo professor do AEE). Esses professores foram eleitos para participarem das entrevistas da pesquisa.

Assim, realizamos 06 entrevistas envolvendo: o professor do AEE, 1 professora de Artes, 2 professoras de Língua Portuguesa, a diretora pedagógica e a coordenadora pedagógica (com 2 das professoras que participaram do encontro não foi possível realizar as entrevistas).

Agora, estamos no momento da análise das entrevistas e levantamento de questões para estudos para triangularmos os dados e partirmos para a construção da colaboração que nos propomos a realizar na escola. Foram levantados como temas para estudo até agora três assuntos: Avaliação, AEE e TEA, já que a escola tem um grande número de estudantes com essa síndrome.

Já vimos que os professores não têm formação na área da Educação Especial, alegam que não sabem como planejar atividades para os estudantes com deficiência e gostariam de saber sobre o que é feito e como é realizado o AEE, para quem sabe apoiá-los na organização do ensino em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayach; RESENDE, Dannielly Araújo Rosado. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, Set 2016, Volume 21 Nº 66 Páginas 569 – 591.

ARAÚJO, Érika Soares de Oliveira. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual na escola regular**: possibilidades de intervenção numa perspectiva inclusiva. 2016. 186f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC, Secretaria da Educação Especial, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CRUZ, Talita Souza Umbelino Rodrigues da. **Acompanhamento da experiência escolar de adolescentes autistas no ensino regular** 139 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba/São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de; MANZINI, Eduardo José. Encaminhamento e Perfil do Público-Alvo da Educação Especial de uma Sala de Recursos Multifuncionais: Estudo de Caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Dez 2016, Volume 22 Nº 4 Páginas 559 – 576.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

PASIAN, Mara Sílvia. MENDES, Enicéia Gonçalves. CIA, Fabiana. Aspectos da organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado: um estudo em larga escala. **Educação em Revista**, 2017, Volume 33.

SILVA, Carla Cilene Baptista da; MOLERO, Elaine Soares da Silva; ROMAN, Marcelo Domingues. A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Psicologia Escolar e Educacional**, Abr 2016, Volume 20 Nº 1 Páginas 109 – 115.

SCHIMANSKI, Édina. Pesquisa-ação como instrumento de pesquisa social crítico-emancipatória. In: BOURGUIGNON, Jussara Alves (org). **Pesquisa social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2009.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis, Porto Alegre: Penso, 2011

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOGASHI, Cláudia Miharú; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Set 2016, Volume 22

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 1994.